

Corporeidades negras no espaço da creche e no ambiente familiar: perspectivas e desafios para a construção de uma educação antirracista

Gabriela Guarnieri de Campos Tebet
Natália Lopes dos Santos

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir as corporeidades negras vividas por bebês tanto no espaço doméstico como nos espaços da creche. Para isto, dialoga com pesquisas já consolidadas sobre o tema e apresenta experiências vividas por dois bebês negros que começaram a frequentar a creche no ano de 2019. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e observação participante (e produção de diário de campo) associada a fotografias e vídeos. Evidencia práticas de fortalecimento e empoderamento da identidade racial de dois bebês negros, realizadas por suas famílias negras em contexto doméstico, e práticas colonizadoras da corporeidade negra que valorizam e colocam o padrão branco em destaque nos espaços da creche. Ressalta a urgente necessidade de incorporar nos espaços da creche a representatividade positiva de pessoas negras e destaca, ainda, que a corporeidade é um dos valores civilizatórios afro-brasileiros e que atenção à corporeidade pode desempenhar um papel importante na produção de propostas pedagógicas afro-referenciadas e na produção da negritude.

Palavras-chave: Educação Infantil. Bebês. Negritude.

Gabriela Guarnieri de Campos Tebet
Universidade Estadual de Campinas,
UNICAMP, SP, Brasil
E-mail: gabigt@unicamp.br
 <https://orcid.org/0000-0002-2786-5907>

Natália Lopes dos Santos
Prefeitura municipal de Barretos, SP,
Brasil
E-mail: natalia.lopsant09@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0001-5894-1020>

Recebido em: 02/04/2023
Aprovado em: 28/10/2024



 <http://www.perspectiva.ufsc.br>
<http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2024.e93658>

Abstract

Black corporeities in the daycare space and in the family environment: perspectives and challenges for building anti-racist education

This article aims to discuss the black corporealities experienced by babies both in the domestic space and in daycare spaces. To this end, it engages with already consolidated research on the subject and presents experiences lived by two black babies who began attending daycare in 2019. The methodology adopted was bibliographic research and participant observation (and production of a field diary) associated with photographs and videos. It highlights practices of strengthening and empowering the racial identity of two black babies carried out by their black families in the domestic context and colonizing practices of black corporeality that value and highlight the white standard in daycare spaces. It highlights the urgent need to incorporate positive representation of black people into daycare spaces and also highlights that corporeality is one of the Afro-Brazilian civilizing values and that attention to corporeality can play an important role in the production of Afro-referenced pedagogical proposals and in the production of blackness.

Keywords:

Early Childhood Education.
Babies.
Blackness.

Resumé

Les corporéités noires dans l'espace de garde et dans le milieu familial : perspectives et défis pour construire une éducation antiraciste

Cet article vise à interroger les corporéités noires vécues par les bébés tant dans l'espace domestique que dans les espaces de crèche. Pour ce faire, il dialogue avec des recherches déjà consolidées sur le sujet et présente les expériences vécues par deux bébés noirs qui ont commencé à fréquenter une garderie en 2019. La méthodologie adoptée a été la recherche bibliographique et l'observation participante (et la réalisation d'un journal de terrain) associées à des photographies et des vidéos. Il met en lumière les pratiques de renforcement et d'autonomisation de l'identité raciale de deux bébés noirs réalisées par leurs familles noires dans un contexte domestique et les pratiques colonisatrices de la corporéité noire qui valorisent et mettent en valeur le standard blanc dans les espaces de garderie. Il souligne le besoin urgent d'incorporer la représentation positive des personnes noires dans les espaces de garde d'enfants et souligne également que la corporéité est l'une des valeurs civilisatrices afro-brésiliennes et que l'attention portée à la corporéité peut jouer un rôle important dans la production de contenus pédagogiques afro-référencés. propositions et dans la production du noir.

Mots-clés:

Education de la petite enfance.
Bébés. Noirceur.

Quando eu era criança tive a primeira experiência de racismo. Meu pai tinha um sítio aqui perto, em Araçariguama: uma senhora, Tibúrcia era o seu nome, que vinha ajudar minha mãe, uma negra casada com um italiano branco, tinha muitos filhos em todos os fenótipos. Em minha casa, eu era a mais escura e me chamavam de 'filha da Tibúrcia'. Sofria muito com isso porque ela era muito pobre, e afirmavam que eu era adotada, jeito de me aborrecerem. Uma vez, uma das filhas da Tibúrcia, mais velha do que eu, veio ajudar minha mãe. Eu briguei com ela e, na briga, eu a mordi. Minha irmã mais velha assistiu à cena e comentou: 'Mas, Fúlia!' Eu achei que vinha uma bronca homérica por causa da minha violência. Mas ela completou: 'como é que você teve coragem de morder a Maria Aparecida?'. O espanto de minha irmã era porque a Maria Aparecida era negra. Como eu podia morder uma negra, entendeu? (Rosemberg et al, 2022)

Na perspectiva de contribuir para o debate sobre experiências corporais de bebês e de crianças pequenas em relação os lugares que seus corpos ocupam no cenário doméstico e nos contextos de Educação Infantil, este artigo discute a construção social dos corpos negros nos espaços domésticos e educacionais, apontando para a corporeidade como um dos valores civilizatórios afro-brasileiros, como apresentado por Trindade (2010)¹. Inicia-se com um relato de Fulvia Rosemberg, que se remete à sua infância e ao modo como as relações étnico-raciais, o racismo e o privilégio da branquitude foram construídos nas relações familiares cotidianas. A cena relatada é um retrato dos valores sociais que marcaram a história do Brasil e que, de algum modo, circulavam (ainda circulam?) em diversos lares brasileiros. Essa realidade foi registrada por diversas pesquisas que serão aqui mobilizadas para subsidiar nosso estudo. De modo geral, as pesquisas pioneiras que marcam o campo das relações raciais na infância se voltam para as experiências de crianças a partir de três anos de idade (Bicudo, 2010; Souza, 2021; Cavalleiro, 2018; Hodge-Freeman, 2018). O mesmo ocorre com pesquisas mais recentes, tendo em vista as ideias bastante difundidas de que é só a partir dos três anos de idade que se reconhece as diferenças raciais, o que justificaria a realização de pesquisas sobre o tema apenas com crianças mais velhas.

Nesse artigo buscamos discutir as corporeidades negras vividas por bebês tanto no espaço doméstico como nos espaços da creche. A metodologia utilizada para a construção deste texto inclui pesquisa bibliográfica realizada no Google Acadêmico, com uso de fotos e excertos do diário de campo da pesquisa de campo de observação participante e ainda dados de entrevistas com famílias e docentes.

A pesquisa bibliográfica foi realizada no Google Acadêmico em março de 2023 com os descritores “socialização racial”, “bebê” e “educação infantil” de modo associado (buscamos textos que abordassem os três descritores simultaneamente), sem nenhum filtro de período. Obtivemos apenas 14 (quatorze) resultados. Dentre esses, foram descartados dois, sendo um artigo repetido e um livro não disponível na íntegra para acesso virtual. Ficamos, então, com 12 resultados, dos quais,

¹ De acordo com a autora, os valores civilizatórios afro-brasileiros envolvem: energia vital, oralidade, circularidade, corporeidade, musicalidade, ludicidade, cooperatividade, religiosidade, memória e ancestralidade.

quatro são entrevistas com adultos (mães e/ou professoras) sobre práticas de educação e cuidado; cinco são pesquisas com crianças da pré-escola e do ensino fundamental; e três são pesquisas de revisão bibliográfica. Nenhuma das pesquisas identificadas deriva da observação direta das experiências cotidianas de bebês. Por conta disso, nossas análises dialogam com textos já conhecidos pelas autoras e que, mesmo sem utilizar as palavras chaves usadas na pesquisa bibliográfica, oferecem-nos significativas contribuições para o estudo proposto.

A partir da pesquisa bibliográfica, podemos afirmar que poucas são as pesquisas sobre relações raciais que efetivamente se ocupam dos bebês. Dentre elas, destacamos a pesquisa pioneira de Oliveira (2004) e as publicações mais recentes de Marques e Dornelles (2018); Rosa, Moreira e Duque (2020); Santos (2021) e Dias, Reis e Damião (2022), que trazem os bebês e suas experiências para o centro de suas análises; e as pesquisas de Silva (2014), Leme (2021) e Silva e Martins (2022), que abordam práticas educativas familiares de enfrentamento ao racismo. Frente a este cenário, este artigo traçará um panorama geral do tema e apresentará elementos para discutirmos o papel da escola (desde a creche, na educação infantil) e da família como instituições que possuem um importante papel na produção da corporeidade e da subjetividade na primeira infância e que, portanto, contribuem para a socialização racial desde bebê.

Assim, partimos do diálogo com a bibliografia consolidada sobre a temática, trazendo dados das pesquisas bibliográfica e de campo que nos permitem acrescentar novos elementos sobre o tema. Também buscamos instigar profissionais da educação infantil e familiares a pensarem nos papéis que têm desempenhado e naqueles que poderão desempenhar na construção de novos espaços e novos sentidos aos corpos negros com os quais convivem cotidianamente e que ajudam a produzir.

Raça(s) e educação no brasil

Este artigo parte de uma compreensão de que somos produtos de um conjunto de linhas de força, de visibilidade, de enunciação e de subjetivação que nos impacta e produz distintas relações de poder e modos de existência (Foucault, 2011; Deleuze, 2016). Esses dispositivos atuam no sentido de construir distintas dimensões do ser, incluindo a dimensão racial. Raça, nesse sentido, “não decorre somente de um efeito ótico. Não diz respeito unicamente ao mundo sensorial. É também uma maneira de estabelecer e afirmar o poder”, conforme afirma Mbembe (2018, p. 69). Trata-se, portanto, de um termo que possui perspectiva política, “um conceito relacional, que se constitui historicamente e culturalmente, a partir de relações concretas entre grupos sociais em cada sociedade” (Gomes, 1995, p. 49). Deste modo, a partir das relações políticas, históricas e culturais, a ideia de raça se constitui e define os diferentes grupos raciais brasileiros. Neste artigo privilegiaremos as tensões entre negros

(categoria que compreende o conjunto de pretos e pardos) e brancos, tomando como ponto de partida a afirmação de Cida Bento, de que:

não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e branco. E a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre o outro [...] que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até de morte, para o outro (Bento, 2022, p. 14-15).

Nesse sentido, há de se destacar a especificidade do que é ser negro no Brasil, tendo em vista que, tal como a raça, a noção de “negro” como uma categoria racial não é um dado natural, como também afirmam Souza (2021) e Mbembe (2018). O estudo de Neusa Santos Souza é um marco na produção brasileira sobre o racismo e reúne contribuições sociológicas e psicanalíticas² a respeito da negritude. Sua obra *Tornar-se negro* foi publicada originalmente em 1983 e afirma que raça é uma “noção ideológica, engendrada como critério social para distribuição de posição na estrutura de classes” (Souza, 2021, p. 48). Do mesmo modo, Mbembe afirma que “o negro não estava definido de antemão. Não obstante os elos ancestrais, quase nada havia que asseverasse uma unidade automática entre o negro dos Estados Unidos, o do Caribe e o da África” (Mbembe, 2018, p. 55).

No caso específico do Brasil, a constituição do negro durante o período colonial foi marcada, por um lado, pela política econômica baseada na escravização da população negra e indígena, no tráfico negreiro e na exploração da mão de obra escrava, bem como na violência contra a população negra; por outro lado, foi marcada pela resistência cotidiana, pelas fugas, pela constituição de quilombos — ou mocambos — e por revoltas como a Conjuração Baiana e a Revolta dos Malês, tal como aponta Santos (2020). A autora destaca, ainda, que nem a proclamação da Lei Áurea e nem a Proclamação da República representaram mudanças significativas na condição de vida da população negra brasileira e destaca as campanhas de branqueamento da população que passaram a ser implementadas por meio da “política de embranquecimento”. Esta visava transformar em 100 anos o Brasil em um país branco e teve como estratégia principal a política de estímulo à imigração europeia para o trabalho na agricultura. Tal contexto histórico importa ao debate que aqui realizaremos na medida em que essa política do embranquecimento teve implicações profundas tanto na constituição corporal como psíquica de nossa população, bem como nos projetos educacionais.

O desejo de branquear a nação se expressava tanto nas políticas nacionais como nas relações cotidianas e afetivas, marcadas pelas linhas de força e pelos discursos da época. Tal fato é registrado

² De acordo com a autora, “para a psicanálise, não se nasce com um corpo. O corpo, para a psicanálise não é um dado natural; é algo que se constrói, algo que se inventa. Dizer isso é dizer que o corpo que interessa à psicanálise não é o corpo biológico, esse sim, um dado primário. O corpo com o qual a psicanálise opera é uma imagem – uma imagem feita de palavras e afetos” (Souza, 2021, p. 155). Tal definição de corpo é bastante interessante para o debate que realizaremos neste artigo, na medida em que nos instiga a buscar e compreender as imagens e afetos que produzem o corpo negro no contexto da creche e da família.

na pintura de Modesto Brocco (1895) intitulada Redenção de Cam, em que uma senhora retinta ergue os braços aos céus em louvor ao lado de sua filha parda, que carrega em seus braços um bebê branco. A cena mostra ainda um rapaz branco com feições de imigrante ao fundo. Esse era o ideal da época para o país: o branqueamento corporal das próximas gerações por meio de relações e casamentos inter-raciais. O fato é evidenciado também em diversas pesquisas (Bicudo, 2010; Cavalleiro, 2013, Souza, 2021) e pode ser ilustrado ainda com o relato da uma das participantes da pesquisa de Souza (2021), identificada como Carmem, que relata: “Minha avó, ela diz que quer casar de novo. ‘Casar com um francês para clarear a família’. Quando a gente [as netas] está namorando, ela pergunta se é preto ou branco. Diz que tem que clarear a família” (Souza, 2021, p. 58). Percebe-se, assim, como os valores do branqueamento continuam até hoje incrustados nas relações sociais e se evidenciam de modos distintos nos contextos doméstico e educacional.

Tais aspectos da história do Brasil configuram um contexto específico cujas implicações se estendem aos dias atuais e cuja especificidade merece ser estudada com atenção. Nesse processo de produção do negro e da raça no Brasil há que se destacar também o papel desempenhado pelas teorias eugenistas vigentes à época e seu impacto no campo da Educação.

De acordo com Dávila (2006), a eugenia configurou-se como uma teoria científica muito comum na Europa e na América. Visava “aperfeiçoar” a população humana combinando “diferentes teorias sobre raça, hereditariedade, cultura e influência do meio ambiente” (Dávila, 2006, p. 31). As ideias eugenistas se fizeram presentes na expansão do sistema de escolas públicas do Brasil, de modo que o autor afirma que “o sistema da educação pública foi uma das principais áreas de ação social para aqueles que mais ativamente estudavam a importância da raça na sociedade brasileira e mais se empenhavam na busca de uma nação social e culturalmente branca” (Dávila p. 36). Afirma ainda que esses educadores buscavam “aperfeiçoar a raça” – criar uma “raça brasileira saudável, culturalmente europeia, em boa forma física e nacionalista” e aponta que “o aperfeiçoamento eugenético da raça” era um dos objetivos oficiais da Comissão de Ensino Primário do Ministério da Educação da época, conforme documento publicado em 1939 (Dávila, 2006, p. 21).

Nesse cenário, a rejeição da identidade negra por indivíduos negros e seu consequente apagamento, na medida do possível, eram estratégias validadas pela elite que poderiam garantir alguma mobilidade social a indivíduos negros. Tais práticas foram denominadas como prática do branqueamento (Santos, 2020). A recusa da identidade negra está presente também nos estudos de Bicudo (2010), de Cavalleiro (2013) e de Souza (2021). Todas essas pesquisas trazem exemplos do apagamento da identidade negra como estratégia para a obtenção de uma suposta “aceitação social”, como revelam os seguintes relatos que fazem parte das pesquisas mencionadas:

Eu estava crescendo como artista, e então ia sendo aceito. Aí eu já não era negro. Perdi a cor (Souza, 2021, p. 104, grifos nossos).

[Meu pai, mulato] é uma pessoa muito bonita: nariz afilado, não tem beiço, pode passar por branco. Como é careca, não dá muito para ver o cabelo ruim do crioulo (Souza, 2021, p. 59, grifos nossos).

Desde pequena, 5, 6 anos quem sabe... eu achava que não era bom ser preto. Eu, pra falar a verdade, sempre quis ser branca (Cavalleiro, 2013, p. 153, grifos nossos)

Convenci-me de que não sou preta, apenas descendendo de preto pelo lado paterno (Bicudo, 2010, p. 111, grifos nossos).

A primeira vez que tive um choque foi aos 7 anos, quando entrei para o grupo escolar. Briguei no primeiro dia de aula: um menino me chamou de negrinho. [...] Atualmente não tenho conflitos ou problemas por causa da cor. [...] Antes meus amigos eram mulatos. [...] Hoje meus amigos são brancos. [...] Muitos amigos fazem questão da minha companhia; justificam-se dizendo-me que não sou preto (Bicudo, 2010, p. 112-113).

Os excertos apresentados evidenciam que qualquer tipo de sucesso ou reconhecimento do negro esteve, por muito tempo no Brasil, condicionado à invisibilização ou apagamento de suas marcas raciais, que por vezes ocorre ao longo da vida e por vezes logo ao nascer, como podemos observar em relato presente no livro de Carneiro (2011). A autora partilha conosco a história do registro de sua filha recém-nascida, sendo ela uma mulher preta e o pai do bebê um homem branco, que vai ao cartório e precisa insistir com o escrivão para que aceite registrar a cor de sua filha como negra³ (Carneiro, 2011). Importante termos em mente que esse não é um fato isolado e se repete em muitas famílias, seja na hora de registrar o nascimento de um filho, de tirar o RG ou mesmo de realizar matrícula na escola, como resultado da cultura de branqueamento que marca a história do Brasil e que treinou nossas subjetividades para evitar evidenciar a negritude de alguém. Portanto, algo que se reflete em uma espécie de pacto do silenciamento de temas relativos à raça e ao racismo que se observa em todas as relações sociais. A fim de melhor compreender esse fenômeno na vida das crianças, Cavalleiro (2018, 2013) olhou de modo especial para os processos de socialização racial vividos especialmente nos contextos familiares e escolar.

A autora destaca que no caso do contexto doméstico, em lares de famílias negras:

O silêncio, ali reinante, quer acalantar, proteger do sofrimento que, sabemos, virá ao seu encontro. Assim, a família protela, por um tempo maior, o contato com o racismo da sociedade e com as dores e perdas dele decorrentes. [...] [já] o silêncio das famílias brancas decorre também desses mesmos aspectos que influenciam as negras, mas marca sua posição confortável diante do problema que diretamente não as atinge (Cavalleiro, 2018, p. 100).

³ O relato conta o seguinte: “O pai, branco, vai ao cartório; o escrivão preenche o registro e, no campo destinado à cor, escreve ‘branca’. O pai diz ao escrivão que a cor está errada, porque a mãe da criança é negra. O escrivão resistente, corrige o erro e planta a nova cor: ‘parda’. O pai novamente reage e diz que a filha não é parda. O escrivão irritado, pergunta: ‘Então, qual é a cor de sua filha?’ O pai responde: ‘Negra’. O escrivão retruca: ‘Mas ela não puxou nem um pouquinho ao senhor?’ (Carneiro, 2011, p. 71).

No caso das instituições escolares⁴, após identificar um conjunto de omissões escolares frente ao preconceito e à discriminação racial, bem como um conjunto de falas das crianças que indicam a diferença de tratamento e a invisibilização das violências ali vividas, a autora afirma que “ao silenciar, a escola grita inferioridade, desrespeito e desprezo” e que a escola “representa um espaço que não pertence, de fato, à criança negra, pois ali não há sequer um indício de sua inclusão, exceto sua presença física”. A autora aponta ainda para a necessidade de as crianças negras poderem encontrar na escola um espaço de “reconhecimento da sua existência e aceitação como indivíduo negro, provimento de alternativas que lhes possibilitem um sonhar com futuro digno” (Cavalleiro, 2018, p. 100).

Frente a todo esse contexto, vão ganhando força as reivindicações e ações dos movimentos negros contra a alienação do corpo negro, de sua cor, de sua cultura e de sua história e em favor da busca de sua identidade e de autoestima, o que passa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude (Munanga, 2020). E “negritude” é um conceito importantíssimo na compreensão das estratégias de combate ao racismo. De acordo com Munanga, o principal aspecto da negritude e/ou identidade negra não se restringe à cor da pele:

mas ao fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem tido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas. (Munanga, 2020, p. 19).

Ao mesmo tempo, o autor afirma que:

a negritude deve ser vista também como afirmação e construção de uma solidariedade entre as vítimas. [...] A negritude torna-se uma convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que se engajem no combate para reabilitar os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas. [...] a negritude deverá ser o instrumento de combate para garantir a todos o mesmo direito fundamental de desenvolvimento, a dignidade humana e o respeito das culturas do mundo (Munanga, 2020, p. 20).

Importante destacar ainda que esses valores das civilizações destruídas precisam ser reconquistados, divulgados e fortalecidos. Reabilitados, nas palavras do autor. Nesse sentido, é importante apontar para o material produzido por Trindade (2010), que nos apresenta o que denomina valores civilizatórios afro-brasileiros, em que a corporeidade ocupa um lugar importante. Outros elementos importantes são a ancestralidade e a circularidade que também aparecem nos debates propostos por Souza (2019) a partir do estudo do lugar do bebê em terreiros de Candomblé. No que se refere à corporeidade, a autora afirma que no candomblé “os corpos dos bebês não são tratados

⁴ Destaca-se que a pesquisa da autora foi realizada na década de 1990 em “uma escola municipal de educação infantil (EMEI), localizada na região central de São Paulo, que recebe diariamente quinhentas crianças com idade entre quatro e seis anos” (Cavalleiro, 2018, p. 14)

como subalternos, ao contrário, são elevados, pelos familiares ou mesmo pelos orixás incorporados [...]” (Souza, 2019, p. 275).

A partir do exposto até aqui, podemos compreender, portanto, que raça, negritude, branquitude e mesmo a corporeidade são resultados de processos de socialização alinhados a valores específicos (muitas vezes racistas, eugênicos) que permearam as relações sociais em nossa sociedade durante um longo período. A próxima seção do texto se voltará, então, aos processos de socialização racial e suas implicações para a educação de bebês.

Socialização racial e implicações para a educação de bebês

Apesar de haver um reduzido conjunto de publicações sobre bebês, educação infantil e socialização racial, há um conjunto de pesquisas já consolidadas no campo da educação infantil que são de fundamental importância e oferecem grandes contribuições ao estudo aqui proposto, incluindo debates sobre negritude e o pacto da branquitude na primeira infância.

Neste sentido, ressaltamos as publicações de Fulvia Rosemberg (1996, 1998) que apontam a importância da intersecção entre raça, primeira infância e educação infantil. Rosemberg (1998), ao discutir raça e desigualdade no Brasil, aponta como um aspecto importante desse debate a qualidade da educação a que tem acesso os diferentes segmentos raciais e nos abre um caminho para questionarmos qual a qualidade de educação que temos e qual qualidade queremos. Para responder a essa questão, há que se considerar, por exemplo, o modo como determinadas representações de raça/cor ecoam em pedagogias culturais e visuais da educacional infantil (Guizzo e Felipe, 2011, p. 70) e a necessidade de “respeitarmos o direito de crianças e adolescentes de expressarem sua identidade étnico-racial” (Rosemberg, 2006, p.15), tema que merece atenção especial no caso dos bebês.

Em obra mais recente, Rosemberg (2012) focaliza especificamente os bebês e sua cidadania. A autora argumenta que “os bebês constituem categoria social discriminada”, destaca “a pequena aproximação entre os campos dos estudos sociais sobre infância e das relações raciais e aponta carências no plano do conhecimento a serem superadas”. De acordo com a autora,

se o tema da classificação, denominação, declaração, identificação de cor-raça-etnia é profusamente estudado no Brasil, muito pouco sabemos sobre o que ocorre entre as crianças de 4 a 6 anos. Nada sabemos sobre tais processos entre crianças de 0 a 3 anos (Rosemberg, 2012, p. 41).

Na mesma coletânea, Oliveira e Abramowicz (2012) afirmam que a “socialização da criança negra na escola é diferente da vivenciada pela criança branca” (p. 54) e que “a socialização que se inicia na família e se amplia com o convívio escolar, ao invés de ser uma experiência positiva no

desenvolvimento da criança negra, acaba sendo um fator negativo na constituição de sua autoimagem” (p. 56). As pesquisas de Oliveira e Abramowicz (2010) são pioneiras ao articular educação e raça em contexto de creche⁵, estando entre as mais citadas nas pesquisas sobre o tema. Desde então poucas pesquisas têm efetivamente se voltado a pensar socialização e raça tendo como foco os bebês (entre as poucas exceções, está a pesquisa de Santos, 2021). Tal afirmação é reforçada por Bento (2012, p. 100) ao ressaltar que:

Esse processo de formação da identidade, tão fundamental na experiência humana, quase não é abordado pelos estudiosos das relações raciais, na primeira infância – época do nascedouro do pensamento e das identidades raciais.

Todavia, há um conjunto de pesquisas brasileiras que sinalizam o papel que as instituições de educação infantil desenvolvem no sentido de produção de uma socialização racial — na maioria das vezes marcada pelos princípios da branquitude. Essas pesquisas apontam para a necessidade de assumirmos uma perspectiva antirracista, mais atenta aos processos de socialização das crianças negras na construção e efetivação do currículo da educação infantil. Também apontam para o modo como o privilégio da branquitude vai sendo construído também na creche, desde os primeiros meses de vida (Oliveira e Abramowicz, 2010; Santos, 2021; Dias, Reis e Damião, 2022).

No sentido de compreendermos melhor a produção da negritude, trazemos neste artigo elementos para pensarmos não apenas o papel da escola, mas também o papel das famílias e o lugar da corporeidade. O papel da família e a produção da negritude tem sido abordado por um conjunto de autoras, ainda que nem sempre com foco nos bebês. Hodge-Freeman (2018) aponta como as famílias podem ter um papel de reprodução do racismo e desvalorização da corporeidade e traços negros. Por outro lado, Silva (2014), Martins (2021), Landim (2021), Silva e Martins (2022) e Leme (2021) são algumas das autoras e autores que vêm apontando o importante papel que famílias tem desempenhado e podem desempenhar na construção da negritude e da identidade negra, assim como na educação de seus filhos e filhas para o enfrentamento do racismo. Todavia, tais pesquisas evidenciam que ainda temos muito a avançar no que se refere ao reconhecimento da importância de uma ação intencional, antirracista e afrorreferenciada desde o nascimento. O debate que apresentaremos a seguir se soma a esse movimento e traz os bebês para o foco dos debates.

Os dados da pesquisa de Santos (2021) coletados no âmbito doméstico nos permitem observar famílias que rompem o silêncio em relação à raça, como apontado por Cavalleiro (2013, 2018), ou o racismo indicado por Hodge-Freeman (2018). As famílias pesquisadas afirmam contundentemente a negritude em seus lares, propondo para seus filhos uma socialização inicial marcada por esses valores. Já no campo da educação, a pesquisa destaca as alterações da Lei de Diretrizes e Bases da

⁵ O artigo é resultado da pesquisa de mestrado da primeira autora, defendido em 2004.

Educação que, por determinação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, passa a incluir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas; destaca também a publicação e divulgação de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) em 2004 e o Plano Nacional para a implementação dessas Diretrizes em 2018. Apontamos, além disso, a criação e oferta de cursos de formação de professores para a ERER em diversos contextos. Foi criado, portanto, um conjunto de políticas que possibilitam as condições para rompermos definitivamente tanto o silêncio do lar como o silêncio escolar identificados por Cavalleiro na década de 1990.

A pesquisa que agora apresentaremos foi realizada com bebês negros durante o período de ingresso na creche. A pesquisa incluiu visitas, observações e fotografias tanto em contexto doméstico como no contexto da educação infantil. Além disso, envolveu entrevistas com as famílias e com as professoras, fornecendo elementos importantes para um debate sobre socialização racial e para a construção de uma educação antirracista.

Caracterização dos bebês, das famílias e das unidades educativas participantes

Os critérios adotados para a seleção dos participantes foram: o bebê ser declarado como negro, ter no máximo um ano de idade e ainda não estar frequentando creche durante o início da pesquisa. Assim, selecionamos para a pesquisa dois participantes. As duas famílias participantes da pesquisa desenvolviam práticas educativas afrocentradas em casa, visando o empoderamento e fortalecimento da identidade racial negra de seus filhos.

A primeira família a ser apresentada é a família do bebê Akyn⁶, composta por ele e sua mãe, que também é negra. No início de sua participação na pesquisa, Akyn tinha sete meses de idade e a família estava se preparando para seu ingresso em uma creche pública do seu município, cujos habitantes são majoritariamente brancos. Durante a semana de ingresso, quando foram feitas as observações dessa turma, havia uma quantidade reduzida de bebês sendo atendidos e a turma de Akin era composta por seis bebês, sendo quatro brancos, um preto (Akyn) e um pardo. As seis profissionais da turma declararam-se brancas. Três atuavam de manhã e três à tarde.

A segunda família a ser contactada foi a família do bebê Thabo⁷, à época, composta por ele, que estava com cinco meses de idade, por sua mãe, que é negra com nacionalidade brasileira, e seu pai, que é um imigrante africano. Thabo iniciou sua vida escolar em uma creche privada e conquistou o direito de acesso à creche pública por meio de vias judiciais, realidade vivida por muitas famílias negras que desejam matricular seus filhos e filhas nas unidades de Educação Infantil.

⁶ Nome fictício.

⁷ Nome fictício

A creche de Thabo era na periferia de seu município. Ao final da pesquisa, a turma estava superlotada, e havendo 32 inscritos em sua turma, 18 deles reconhecidos pelas famílias como brancos, dois como pretos, seis como pardos, ao passo que seis optaram por não declarar nenhuma identificação. A equipe era composta por seis profissionais, três que atuavam de manhã e três à tarde, com 4 profissionais que se declaravam como negras e 2 como brancas.

A corporeidade de bebês negros: um olhar para o espaço doméstico e um olhar para o espaço da creche

Nesta seção do texto, apresentaremos os dados da pesquisa de campo, coletados por meio de observação do cotidiano da creche e das famílias: registros fotográficos, videográficos e entrevistas com as famílias e as profissionais docentes e auxiliares que atuavam com os bebês na creche. Na tentativa de melhor compreender a percepção das famílias negras participantes acerca das questões raciais, realizamos alguns questionamentos envolvendo a temática. Perguntamos às famílias participantes se consideravam importante o bebê se reconhecer como negro. Ambas responderam dizendo considerar importante os bebês se reconhecerem como negros. Dentre as falas, destacamos os seguintes depoimentos:

Família do bebê Akyn: Sim. Por ser negra, de pele clara, por descobrir-se negra aos 25 anos e dessa maneira entendi o porquê que tantas ‘portas’ foram fechadas, acredito que esse reconhecimento seja mais que necessário (Santos, 2021, p. 123).

Família do bebê Thabo: Sim. Para nós é importante que ele se reconheça como negro para que também possa compreender a perversa faceta do racismo à brasileira e que a partir das nossas orientações saiba como enfrentar/combater. Pensamos muito e dialogamos como pais sobre a importância de ensiná-lo acerca disso e da dificuldade de ser negro no Brasil (Santos, 2021, p. 123).

Ao buscarmos saber se as famílias negras acreditavam ou não que a creche poderia colaborar com o processo de construção de identidade racial dos bebês participantes e de que forma, na concepção delas, ocorreria tal colaboração, as respostas nos apresentaram alguns contrapontos. Uma família alegou que a creche colabora com o processo de identidade racial por proporcionar a convivência com pessoas negras e não negras e a outra família mencionou que acredita que a creche colabora com o processo de construção racial dos bebês e das crianças, porém, não de forma positiva:

Família do bebê Akyn: Acho que a creche contribui, porém, não de maneira afirmativa. A contribuição que a creche oferece é da percepção do diferente, daquele que é diferente dos padrões (Santos, 2021, p. 124).

Por fim, procuramos verificar se as famílias negras participantes desenvolviam algum tipo de estratégia para fortalecer a identidade racial dos bebês negros em seus lares e quais seriam os métodos utilizados. Recebemos as seguintes respostas:

Família do bebê Akyn: Faço questão de ressaltar todos os dias que ele tem uma pele linda, que seu cabelo é lindo, que é um pretinho lindo, para que essa memória afetiva esteja bem registrada. Dentre seus brinquedos, ofereço bonecas pretas e nenhuma branca. Pois sei que na creche será apresentado a ele somente esse padrão eurocêntrico de beleza. Nos seus livros de histórias, temos livros com personagens principais negros. Desses, Obax é seu favorito. Na TV, como é de conhecimento da maioria, não encontramos histórias com narrativas reais e positivas com personagens negros. E, como também é sabido, as crianças estão em contato com telas quase que inevitavelmente. Por esse motivo, entre um episódio e outro de Patrulha Canina (seu desenho preferido no momento), ofereço Motown Magic e ele ama a musicalidade que passa pelo nosso corpo devido a ancestralidade que trazemos na alma. Montamos também um varal de fotos na altura dele ao lado do espelho. Neste, colocamos fotos da mamãe, do papai, dos primos (brancos), da vovó e do vovô postiço (negro), além de fotos dele para que possa reconhecer a si e aos seus. Tento de maneira efetiva e afetiva apresentar referências positivas para esse processo de consciência racial que, para nós, é tão caro (Santos, 2021, p. 124).

Família do bebê Thabo: Dialogamos com ele sobre quem ele é, suas origens, valorizamos a ancestralidade e desde já o ensinamos das mais diversas formas através do canto, da dança, da musicalização, das histórias, mas, sobretudo, das nossas conversas com ele. Desde a barriga conversámos com ele sobre isso, a escolha do nome dele inclusive (Santos, 2021, p. 124).

Observamos, contudo, que a questão racial é uma preocupação inicial, que uma e outra família consideram importantes os bebês se reconhecerem como negros e, por conta disso, destacam ações de cuidado e educação que revelam sua intencionalidade em preparar seus filhos para conviverem em uma sociedade plural e racista.

Diferentemente do que foi apresentado nas pesquisas de Barbosa (1983), Cunha (1987) e Cavalleiro (2018), nota-se que, desde muito cedo, que as famílias negras participantes da pesquisa, tentam preparar os filhos para viver em uma sociedade que inferioriza a população negra, desenvolvendo práticas educativas no ambiente doméstico que valorizam a negritude. De modo geral, podemos apontar que a valorização da corporeidade e da estética negra; a preservação dos valores ancestrais, da história e da cultura negra; a influência da televisão e dos brinquedos na educação dos bebês negros são os principais aspectos que as famílias buscam abordar. Por meio desses recursos, pretendem proporcionar experiências que permitam aos bebês negros o desenvolvimento de uma autoestima positiva, bem como a internalização de valores positivos em relação ao seu grupo de pertencimento.

No que se refere ao contexto da creche, sabemos que desde a aprovação da Lei 10.639/03, o número de instituições de educação atentas e engajadas com a produção de uma educação que apresente de modo respeitoso a história e a cultura da população negra têm aumentado significativamente e diversas tem sido as estratégias de visibilizar tais ações⁸.

⁸ Algumas dessas experiências podem ser encontradas nos catálogos de práticas finalistas do Prêmio Educar para a Igualdade Racial, promovido pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, desde 2002. Os registros das práticas finalistas do prêmio ao longo da história podem ser acessados em: <https://www.ceert.org.br/premio> e em <https://restory.ceert.org.br/premio-educar>.

Todavia, o trabalho na perspectiva de uma educação antirracista ainda é um desafio em muitos contextos. Como exemplo disso, uma das creches onde esta pesquisa se desenvolveu não assumia uma perspectiva de trabalho para a educação das relações étnico-raciais e trazia em si as marcas dos valores da branquitude presentes na história do Brasil que marcaram a nossa educação durante muito tempo. A outra creche já assumia o compromisso em trazer o tema para o seu cotidiano.

O caso específico do bebê Akyn mostra que a ida de bebês negros a creches que não têm as questões raciais em sua agenda cotidiana pode significar a descontinuidade de importantes processos de socialização racial para a negritude e de empoderamento iniciados em casa. Além de ter que aprender a conviver em um novo contexto social, com novos hábitos e novas referências, o bebê negro também terá o desafio de aprender a conviver em um espaço de branquitude que, de modo sistemático e por meio das interações, dos discursos, das imagens, dos materiais disponibilizados, das propostas e práticas políticas e pedagógicas, apresenta um conjunto de elementos que não trazem a representatividade do seu grupo racial de referência.

Atentando-se ao fato de que o ingresso dos bebês e das crianças negras no espaço da creche significa o início dessa educação complementar, buscamos aqui apresentar alguns indícios que evidenciam o desenvolvimento no espaço doméstico de estratégias para estimular a construção positiva da identidade racial, ainda que esse movimento possa ser descontinuado no contexto escolar.

A seguir, apresentamos uma sequência de fotos⁹ que mostram um pouco quais são os elementos humanos e não humanos com os quais os bebês participantes da pesquisa têm contato no ambiente doméstico.

Imagen 01 – Bebê Akyn e seu coletivo no ambiente doméstico



Fonte: Santos, 2021, p. 126

Imagen 02 – Bebê Akyn visitando Espaço cultural com família e amigos



Fonte: Santos, 2021, p. 126

⁹ Divulgação das imagens autorizadas pelas famílias para fins científicos e acadêmicos. Todavia, optamos por não mostrar os rostos dos bebês para garantir o anonimato.

Imagen 03 – Bebê Akyn com um de seus brinquedos favoritos no ambiente doméstico



Fonte: Santos, 2021, p.127

Imagen 04 – Bebê Akyn e a boneca negra



Fonte: Santos, 2021, p.127

Imagen 05 – Bebê Thabo brincando com instrumentos musicais em casa



Fonte: Santos, 2021, p.127

Imagen 06 – Bebê Thabo assistindo à TV no ambiente doméstico



Fonte: Santos, 2021, p.127

Constatamos na sequência de fotos que, no ambiente doméstico, os dois bebês pesquisados convivem com pessoas racialmente semelhantes a ele. Os espaços culturais por onde eles transitam também são espaços que expressam a representatividade de seu grupo de pertencimento racial e, em casa, os brinquedos com os quais interagem se remetem à corporeidade e à estética negra. Por meio de tais ações, as famílias estudadas vão indicando aos seus bebês a visão de mundo do grupo familiar ao qual pertencem e que subsidiam seus processos de construção da negritude. O cuidado e a educação desenvolvidos nos dois contextos familiares se sustentam em práticas educativas que visam fortalecer a autoestima e a autoafirmação da negritude desses bebês. Corporeidade, ludicidade e ancestralidade

se conjugam na educação e no cuidado cotidiano, dando sustentação para a construção, desde a primeira infância, de valores civilizatórios afro-brasileiros (Trindade, 2010).

A organização do espaço ganha também um papel importante nesse processo. Na concepção de Rosa, Moreira e Duque (2020), inspiradas pelo pensamento de Milton Santos (2015), o espaço pode ser compreendido como matéria indivisível na qual e com qual a humanidade constrói e materializa sua história. É também lugar de interação humana, instrumento de disputas ideológicas, onde se mobilizam e materializam estruturas de poder. “No espaço e por meio do espaço as relações étnico-raciais são grafadas e mobilizadas nos mais diversos significados e interesses” (Rosa, Moreira e Duque, 2020, p. 99587).

Dessa forma, podemos chegar ao entendimento de que as famílias negras participantes da pesquisa têm buscado produzir e fortalecer espaços capazes de proporcionar aos bebês negros a construção da identidade negra, mostrando a eles modos de ver e perceber o seu grupo racial com um olhar positivo. Os familiares organizam no espaço doméstico materiais lúdicos que potencializam, de maneira afirmativa, a construção da identidade racial dos bebês. Consideramos que esse é um posicionamento que remete a um ato de resistência, que intenciona promover rachaduras nos moldes e nas estruturas hierarquizadas das relações étnico-raciais. Na mesma perspectiva, Marques e Dornelles (2018), ao se referirem ao cuidado e à educação para com os bebês, apontam que uma educação antirracista voltada para a infância deve passar pela ludicidade e pela intervenção de qualidade dos adultos no modo de organizar os espaços e os materiais.

De modo a estabelecer diálogo com tais ideias, apresentamos a seguir algumas imagens dos espaços de educação infantil frequentados pelos bebês pesquisados e dos materiais lúdicos ali presentes.

Imagen 07 – Bebê Akyn e bonecas brancas



Fonte: Santos, 2021, p. 129

Imagen 08 – Bebê Akyn no espaço da creche



Fonte: Santos, 2021, p. 129

Imagen 09 – Bebê Akyn na sala referência



Fonte: Santos, 2021, p. 129

Imagen 10 – Sala referências e os vídeos exibidos



Fonte: Santos, p. 2021, 129

Imagen 11 – Bebê Thabo e os brinquedos da creche



Fonte: Santos, 2021, p. 130

Imagen 12 – Bebê Thabo no espaço da creche



Fonte: Santos, 2021, p. 130

Imagen 13 – Elementos decorativos da sala referência



Fonte: Santos, 2021, p. 130

Figura 14 – Bebê Thabo e os materiais da creche



Fonte: Santos, 2021, p. 130

Na sequência de imagens expostas, vemos o bebê Akyn no ambiente da creche rodeado de bonecas brancas (imagem 7). Os vídeos exibidos nas duas creches pesquisadas também são marcados por um alto quantitativo de pessoas brancas e pela ausência de pessoas ou personagens negros (imagens 10 e 13). O coletivo no qual os bebês participantes da pesquisa passam parte de seus dias é composto por uma maioria de pessoas que ou se reconhecem como brancas ou cuja família identifica como branca/branco¹⁰.

Durante os dias de observação de Thabo na creche, os materiais disponibilizados para os bebês explorarem se caracterizavam como materiais de largo alcance: materiais de plástico e materiais recicláveis. Nesse cenário, dentre as seis profissionais que coordenam as atividades da turma, duas se

¹⁰ No caso de bebês a noção de raça como autodefinição precisa ser repensada e faz-se fundamental reconhecermos que enquanto eles ainda estão construindo suas percepções de si e do mundo, a sua identidade racial é sempre definida por outro. Nossos dados apontam ainda para o diverso conjunto de atores sociais que por vezes atuam na definição racial dos bebês, podendo essas pessoas serem a secretária ou a direção da escola, no preenchimento da ficha de matrícula, a/o funcionária/o do cartório ao preencher a certidão de nascimento, a/o funcionária/o do Poupatempo ao tirar o RG ou ainda as diversas pessoas do nosso convívio que se julgam no direito de afirmar que determinadas pessoas “não são tão negras assim” e que até “passam por brancas”. Esse é um tema importante que também merece atenção.

declararam como pretas, duas como pardas e duas como brancas. Dentre os bebês matriculados e as bebês matriculadas, 18 famílias reconhecem-nos como brancos ou brancas, duas como pretos ou pretas, seis como pardos ou pardas e seis famílias optaram por não declarar. Dessa maneira, observamos que na creche por onde Thabo transita, a representatividade da diversidade humana se faz mais presente nas pessoas com quem ele convive diariamente. Há alguns elementos na decoração da sala que, de alguma maneira, tentam referenciar os diferentes grupos raciais que compõem a sociedade brasileira (imagem 14). No entanto, o material decorativo está fixado no campo visual dos adultos e são os adultos que normalmente manuseiam o material exposto. Identificamos também uma caixa com bonecas brancas e negras (imagem 14), que fica alocada em uma das prateleiras da sala de referência.

Tomando como referência pressupostos de Rosa, Moreira e Duque (2020, p. 99587):

[...] Na creche, bebês e crianças pequenas passam a ter contato com outros pares e adultos, outras formas de relacionamento, organização familiar, concepções de mundo, modos de falar e de interagir semelhantes e também muito diferentes daqueles que estão acostumados a conviver em seu contexto familiar. Modos que interferem incisivamente na relação com os outros, consigo mesmas, com suas famílias e com a sociedade. A institucionalização do cuidado e educação na creche obriga o bebê e a criança a deparar-se com meios variados, com grupos e interesses distintos, exigindo a participação em relações diversificadas, mais rígidas ou mais flexíveis que as relações até então mantidas na família (Fazzi, 2004). É no confronto de seu interesse com o dos outros que o bebê e a criança delineiam seus espaços de realização, estabelecem processos de construção e reconstrução de suas identidades e definem as funções que lhes competem. A creche é um espaço que possibilita expandir o universo interacional. Nesse ambiente, sob a responsabilidade de adultos com formação específica em educação, eles reconstroem valores, atitudes, comportamentos, crenças e noções que circulam ali e em outros espaços de interação, influenciando suas identificações.

Dessa forma, as autoras nos instigam a olhar para o espaço físico da creche como um território que se configura a partir de uma “constelação de dados”, que interferem significativamente nos processos de desenvolvimento dos bebês. Ao falar especificamente dos espaços educativos, Forneiro (1998, p. 231) indica:

Quando entramos em uma escola, as paredes, os móveis e a sua distribuição, os espaços mortos, as pessoas a decoração, etc., tudo nos fala do tipo de atividades que se realizam, da comunicação entre os alunos(as) dos diferentes grupos, das relações com o mundo externo, dos interesses dos alunos e dos professores(as).

No contexto desta investigação, o espaço ou ambiente da creche é compreendido como um indicador de acolhimento. Ou seja, se as estratégias articuladas nos primeiros dias de frequência na creche visam favorecer o ingresso e a familiarização de bebês, crianças e famílias, precisamos entender que espaço é esse que estamos apresentando para os recém-chegados e com o que desejamos que eles se familiarizem.

Na visão de Rosa, Moreira e Duque (2020), a creche e as demais instituições de cuidado e educação constituíram-se historicamente como ambientes de homogeneização, centrados nas

referências europeias. Por conseguinte, as desigualdades raciais são produzidas para compor um sistema de dominação, controle e exploração sociais. Posto isso, ao não prescindirem das referências de branquitude, os espaços de educação coletiva conferem certa estabilidade de privilégios e dominação do grupo dominante.

Nessa perspectiva, os espaços da creche se constituem como instrumento que interfere no modo como bebês, crianças e adultos se relacionam com suas identidades negras, pois:

[...] enquanto espaço oficial de cuidado e educação, as escolhas estéticas da creche são também escolhas éticas na medida em que está inextricavelmente inscrita em relações de poder e atravessam afetivamente bebês, crianças e familiares influenciando os processos de construção das identidades (Rosa, Moreira e Duque, 2020, p. 99589).

Assim, com o ingresso de bebês negros e negras nos espaços da creche identificamos um conflito de interesses, em que as subjetividades de bebês negros e negras seriam o principal campo de disputa, seja no sentido da produção e fortalecimento da negritude, seja no sentido do seu apagamento.

Considerações Finais

Nesta pesquisa observamos que de um lado, há duas famílias negras que buscam fortalecer as identidades raciais de seus bebês, rompendo com padrões dominantes, potencializando seus processos de construção de identidade no sentido da negritude, interagindo com bonecas negras, personagens negros e com elementos da cultura africana e afro-brasileira para alicerçar suas raízes. Do outro lado, há duas creches ainda alicerçadas em pedagogias colonizadoras e embranquecidas. Sabemos que essas realidades não são universais e que é possível encontrar em nossa sociedade famílias negras comprometidas com o fortalecimento dos princípios da negritude na perspectiva apontada por Munanga (2020), assim como é possível encontrar outras famílias que ainda reproduzem o racismo e os privilégios da branquitude. Consequentemente, o mesmo ocorre com as escolas, creches e pré-escolas.

Tal como na cena descrita por Rosemberg (2022) e reproduzida na abertura deste artigo, acreditamos que os bebês também aprendem o racismo a partir das relações cotidianas, observando (e percebendo) quem são os destinatários de afeto e carinho e quem são aqueles preteridos ou mesmo vítimas de violência e de omissão (como evidenciam Oliveira e Abramowicz, 2010). Assim, essa pesquisa aponta para o importante papel que cada uma dessas instituições (famílias e creches) desempenha na socialização racial, que se inicia já com os bebês. Na busca por produzir e fortalecer práticas de educação e cuidado afrocentradas e antirracistas, faz-se fundamental que todos os atores envolvidos atentem para o papel da corporeidade, da ludicidade, da ancestralidade e da espacialidade.

Além disso, também é importante que se engajem em romper os resquícios da colonialidade e dos valores da branquitude que provavelmente atravessaram a nossa formação.

Referências

- BARBOSA, I. M. Socialização e relações sociais: um estudo de famílias negras em Campinas. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.
- BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.
- BENTO, C. A identidade racial em crianças pequenas in: Bento, M. A. Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. CEERT, 2012, p. 98 -117.
- BICUDO, V. L. Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo. São Paulo: Editora Sociologia e Política. 2010.
- BROCCO, M. A redenção de Cam. [Quadro. Pintura]. Acervo do Museu das Belas Artes, Rio de Janeiro. 1895,
- CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro. 2011.
- CAVALLEIRO, E. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto. 2018.
- CAVALLEIRO, E. Veredas das noites sem fim: Socializaçãp e pertencimento racial em gerações sucessivas de famílias negras. Brasília: Editora UnB. 2013.
- CUNHA JR., H. A indecisão dos pais face à percepção da discriminação racial na escola pela criança negra. Cadernos de Pesquisa, 1987, p. 51 - 53.
- DÁVILA, J. Diploma de Brancura. São Paulo: Editora UNESP., 2006.
- DELEUZE, G. (2016). “O que é um dispositivo?” Em Dois regimes de loucos - textos e entrevistas (1975 - 1995). , por Gilles Deleuze,. São Paulo: editora 34, 2016, p 359-369.
- DIAS, Lucimar Rosa; REIS, Maria Clareth Gonçalves; DAMIÃO, Flávia. Educação e relações étnico-raciais para e com bebês e crianças pequenas. Debates em Educação, v. 14, p. 468-491, 2022.
- FORNEIRO, Lina Iglesias. A organização dos espaços na educação infantil. in: ZABALZA, M. A. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 229-281.
- FOUCAULT, M.. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 2011 .
- GOMES, N. L. A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.
- GUIZZO, Bianca Salazar; FELIPE, Jane. Atravessamentos de raça/cor e classe social: discriminações no âmbito da educação infantil. Políticas Educativas–PolEd, v. 4, n. 2, 2011.
- HODGE-FREEMAN, E. A cor do amor. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
- LANDIM, Fernanda Cássia. Maternidade racial na escola: o ecoar da dor na cor. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-Graduação em Psicologia. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2021.
- LEME, Marilia Gabriela. Despertar racial: como as famílias monorraciais negras e/ou inter-raciais preparam ou não, ensinam ou não os seus filhos a se protegerem contra o racismo. Monografia de especialização em Terapia de Família e Casais. PUC-SP. 2021.

MARQUES, C. M., e DORNELLES, L. V. Quem disse que as questões raciais não afetam os bebês? Revista Teias. v. 19, n. 52, 2018 (Jan./Mar). 48 - 59.

MARTINS, Sofia. Repercussões da experiência de racismo nas ocupações maternais de mulheres negras: estratégias de enfrentamento. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional. UFSCar. 2021.

MBEMBE, A. Crítica da Razão Negra. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNANGA, K. Negritude: Usos e Sentidos. Belo Horizonte: Autêntica editora. 2020.

OLIVEIRA, Fabiana de. Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFSCar. 2004.

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e "paparicação". Educação em Revista, v. 26, p. 209-226, 2010.

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. in: Bento, M. A. Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. CEERT, 2012 p. 47 - 64.

ROSA, A. S., MOREIRA, A. R., e DUQUE, L. D. Identidade negra em bebês e crianças pequenas: as contribuições do espaço da creche. Brazilian Journal of Development. v. 6, n.12., 2020, p. 99583 - 99595.

ROSEMBERG, Fúlia. Educação infantil, classe, raça e gênero. Cadernos de Pesquisa, n. 96, p. 58-65, 1996.

ROSEMBERG, Fúlia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. in: AQUINO, Julio. G.(org.) Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998, p. 73-93.

ROSEMBERG, Fúlia. Estatísticas educacionais e cor/raça na educação infantil e no ensino fundamental: um balanço. Estudos em Avaliação Educacional, v. 17, n. 34, p. 15-42, 2006.

ROSEMBERG, Fúlia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais in: Bento, M. A. Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. CEERT, 2012, p. 11 - 46

ROSEMBERG, F.; ABRAMOWICZ A., MORUZZI, A; TEBET, G.; JUVENAL, A. C. da C.; COSSENTINO, T. R.; SANTOS, M. W. dos. . "4.2. Fulvia Rosemberg." Em ABRAMOWICZ, A. (org.) Estudos da Infância no Brasil São Carlos: EdUFSCar. 2022

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia (54), 2015, p. 81-100. Recuperado de <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>

SANTOS, N. L. dos. O acolhimento inicial de bebês negros e negras nos espaços da creche: aspectos a considerar e desafios a alcançar. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação. Campinas, 2021.

SANTOS, Ynaê. L. dos. História da África e do Brasil afrodescendente. Rio de Janeiro: Pallas. 2020.

SILVA, Giovanna Santos da; MARTINS, Edna. Práticas educativas de professores e famílias nos processos de construção de identidade das crianças negras. Revista Práxis Educativa, v. 17, 2022.

SILVA, Marta Lúcia da et al. Discursos de mães negras sobre educação e cuidado de crianças de até três anos de idade. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. PUC-SP. 2014.

SOUZA, N. S. Tornar-se Negro. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, Ellen Gonzaga Lima. Bebês, cultura e raça em terreiros de candomblé: diálogos com HampateBâ. In: TEBET, Gabriela. Estudos de bebês e diálogos com a sociologia. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores Civilizatórios e a Educação Infantil: uma contribuição afrobrasileira. In: BRANDÃO, P.; TRINDADE, A. L. da. (orgs.). Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.